



O General Ismarth de Oliveira conversa com os índios em Rio das Cobras

Ismarth visita reserva dos índios do Paraná

LARANJEIRAS DO SUL, Paraná (Dos enviados especiais Roberto Pinto, Márcio Airuda e Carlos Schrann) — Começou na madrugada de ontem a expulsão dos posseiros que ainda estão na reserva indígena de Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul. Ontem, chegou ao local o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira.

O Coronel Anadir de Castro, comandante da "Operação Laranjeiras", afirmou que em 15 dias concluirá o trabalho. Após isso de acordo com o que foi acertado ontem, guardas florestais permanecerão na área para auxiliar os índios na proteção de suas terras. Até sábado último, cerca de 1.400 índios guaranis e kaicangues estavam preparados para um confronto armado com os posseiros.

O General Ismarth de Oliveira, embora preocupado com a situação dos posseiros, mostrou-se satisfeito com o início do processo de preservação da integridade da reserva. Não quis, no entanto, comentar qual a solução que será dada às demais áreas indígenas do Sul do País. Nas reservas de Chapecó, Santa Catarina e Nonai, Rio Grande do Sul, há também invasões por posseiros e os índios já se movimentam para atacá-los.

Posseiros

Cerca de 50 famílias serão levadas hoje pelos soldados da PM para fora dos limites da reserva de Rio das Cobras. Outras 409 expulsas nos últimos 60 dias pelos índios, ou intimidadas pela presença dos soldados da Polícia Militar paranaense nas últimas 48 horas, ficaram alojadas em fazendas vizinhas, sem terem para onde ir.

As maiores áreas de ocupação em Rio das Cobras, porém, são as dos 19 posseiros titulados pelo Estado do Paraná, durante a gestão de ex-Governador Moisés Lupion, entre 1957 e 1962.

— Eles terão que discutir com o Governo do Estado — disse o General Ismarth — se quiserem se ressarcir dos seus prejuízos. Nós temos que garantir a integridade das terras indígenas — acrescentou —, e não

podemos resolver o problema social dessas famílias. Eles sabiam que estavam ocupando terras indígenas.

Esses 19 posseiros — entre os quais Idolino Piacentini, Argemiro Fieckembach, Ilmar Adams e a Madereira Ibema — são acusados pelos índios de terem contratados 50 jagunços para atacá-los.

O Coronel Anadir de Castro disse que desistiu de procurar os jagunços na região, mas a Polícia Militar apreendeu 30 armas de fogo e 70 facões dentro da reserva indígena nos últimos três dias.

Muitos posseiros que ocuparam terras na Reserva, entre 1975, quando o Inera cadastrou 350 famílias na área, e dezembro do ano passado, foram ludibriados por grileiros, aos quais pagaram todas as suas economias.

Os posseiros dizem que o Inera lhes prometeu terras em outros Estados, durante o cadastramento, mas o fato foi desmentido pelo Coordenador do Projeto Fundiário do Inera no Paraná, Shiguero Hiroki. Ontem, o General Ismarth explicou que a Funai cedeu 400 mil hectares ao Inera, em Peixoto Azc. vedo, no Norte de Mato Grosso, mas o órgão não pode transferir os posseiros por falta de recursos.

Voto

— Nós também somos brasileiros. Eles expulsam a gente e depois vêm pedir voto, disse um posseiro, enquanto empilhava nos caminhões, às pressas, tudo o que tinha.

O Prefeito de Laranjeiras do Sul, Amândio Baminski, compareceu à reserva acompanhado do presidente da Câmara e alguns vereadores. Na sua opinião, os culpados do conflito são os índios "instruídos" da reserva de Mangueirinha, também guarani-kaicangue, sob a influência do ex-chefe do posto, Leonardo Machado, já demitido pela Funai.

— Os mais prejudicados — disse ele — são os colonos que possuem propriedades legais numa das margens do rio Guarani. Os índios de Rio das Cobras já invadiram propriedades legais nessa faixa, saqueando tudo que encontravam, principalmente porcos e galinhas.

Cimi critica emancipação de indígenas

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente do Conselho Missionário Indigenista (Cimi) e Bispo de Goiás, D. Tomás Balduino, distribuiu ontem à imprensa um comunicado manifestando o descontentamento do Cimi com o projeto de Emancipação do Índio. Para Dom Tomás Balduino, "emancipar grupos indígenas, nas atuais condições em que vive o índio brasileiro, é leviandade".

O projeto do Ministério do Interior prevê que serão emancipados, até o final do Governo Geisel, cem índios terenas. Posteriormente, o Ministério pretende a emancipação de mais dois mil índios.

Há uma semana, o Ministro Rangel Reis desmentiu, em entrevista, declarações a ele atribuídas, de que já teria encaminhado o projeto à Funai. No entanto, afirmou:

— Minha gestão terá falhado, se ao final não tivermos emancipado nenhum grupo indígena. Para Dom Tomás Balduino, "o destino dos índios não deve ficar à mercê de critérios nem de questões de honra de uma administração".

Na nota, o bispo goiano denuncia o estabelecimento dos critérios de emancipação, "feito à revelia dos índios".

E acrescenta: "a emancipação nos moldes como está sendo proposta significa claramente, por um lado, "emancipar" as terras indígenas e colocá-las à disposição do latifúndio e, por outro lado, escravizar o índio, convertendo-o em mão-de-obra subsubsalariada a serviço do mesmo latifúndio.

"É uma incógnita o projeto enviado pelo Ministério do Interior ao presidente da República. Até que ele venha à luz teremos, para entender o conteúdo e a extensão da atual investida, que contar apenas com o Estatuto do Índio, que simplesmente silencia sobre o destino das terras após a emancipação, e com as intenções do Sr. Ministro do Interior, expressas cansativamente na imprensa, em dividir as terras indígenas em lotes por famílias.

"Qualquer aprendiz em antropologia reconhece que toda a cultura dos povos indígenas repousa sobre a estrutura comunitária de sua vida social. Sendo esta vida comunitária, portanto, elemento essencial de manutenção da coesão tribal, dos usos, costumes e tradições de cada povo.

"Com uma proposta de autodeterminação dos povos indígenas, dirigida, aliás, ao Poder Legislativo e não à Funai, estamos entendendo a superação da tutela com a manutenção da assistência ao índio. O índio sempre teve e tem condições de agir por conta própria, por isso pode dispensar a tutela, mas precisa, obviamente, de ser mais defendido e assistido em face da nossa sociedade que o envolve. Por conseguinte, não se trata de uma lei a mais para ele, mas talvez de uma lei a menos, a supressão da tutela, com plena vigência da assistência."